

ENTREVISTA: Maria Cristina Alves Maneschy

Depoimento concedido para o 6º número da Revista Gênero na Amazônia por Maria Cristina Alves Maneschy, membro do ICSF (Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca) e pesquisadora associada do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (GPEM/UFGA).

RE6 - Início de suas atividades acadêmicas (UFGA?) (um pouco sobre a sua história de vida – estudos e práticas na área da Sociologia antes da academia etc.?).

MCM - Fiz ciências sociais na UFGA, prestando vestibular em 1976. Eu não tinha muita clareza do que queria ser como profissional, pois na adolescência eu tinha vontade de ser logo independente e comecei a trabalhar cedo. Quando meus pais foram transferidos para Belém, pois morávamos há 18 anos no Rio de Janeiro, eu os acompanhei e, ao chegar, matriculei-me no último ano do ensino médio, no Colégio Nazaré. Eu continuei com um trabalho que tinha de meio expediente em uma repartição pública e cursando o vestibular. Eu escolhi ciências sociais meio que por falta de clareza, salvo uma consciência crítica em relação à sociedade, aos problemas de injustiça social, pobreza, enfim. Eu fui muito bem colocada no vestibular e confesso que logo no início da faculdade comecei a me empolgar com as matérias e com a compreensão que ia adquirindo do mundo à minha volta. E, assim, sempre que tive oportunidade, procurei me inserir em alguma atividade acadêmica extracurricular, o que me levou a ser monitora por dois anos, estagiária no NAEA, que funcionava nos altos do então CFCH. Ainda trabalhei por dois anos durante a graduação, sendo um como bancária, pois eu fazia todos os concursos que apareciam, e depois mais um ano como professora de inglês. Aí decidi me consagrar às atividades ligadas ao curso. Formei-me em 1980, Bacharel em Ciências Sociais, já decidida de fazer o mestrado.

Procurei uma opção fora de Belém, a Fundação Osvaldo Cruz, que ministrava um mestrado em Saúde Pública, que me interessou muito. Mas, como eu não queria deixar Belém, optei pelo NAEA, que também se relacionava com política, com política pública, que me atraía como

temática de estudo e de intervenção na realidade. Naquela época a etapa de disciplinas era muito mais longa do que hoje, dois anos e meio. Quando acabei os créditos, procurei trabalhar e fazer concursos. Fui socióloga da Secretaria de Planejamento e, em 1984, fiz concurso para professora auxiliar em Sociologia na UFPA, sendo contratada em 1985. Depois voltei ao mestrado e concluí no início de 1988.

RE6 - Sendo sua formação pós-graduada integral na área da Sociologia quando e como você inicia a desenvolver os estudos sobre a questão da mulher e as teorias de gênero? Houve algum fato que a conduziu para esses estudos?

MCM - Na universidade, durante a graduação, ainda vivíamos os tempos de ditadura e havia um medo difuso da presença de “olheiros” nas salas de aula, além do que o aparelho repressivo ainda operava, sendo relativamente comuns as prisões políticas. Contudo, já era também o tempo da “distensão lenta e gradual” e, portanto, lia-se Marx, especialmente nos últimos anos da faculdade, de 1978 em diante. Era uma descoberta grande. Confesso que cheguei a ler Marx quase como um trabalho religioso, que oferecia respostas para quase tudo. Eu estava errada, claro, na minha leitura que caminhava para um dogmatismo ilusório, quando de fato o marxismo abria um horizonte importante de leitura crítica do real, sem jamais pretender tudo explicar e profetizar. Mas, a força do materialismo histórico em um contexto de retomada da liberdade de pensar e falar dava um poder extraordinário àquelas páginas e páginas que Marx produzira e, na vigência das “grandes narrativas”, dava uma baita certeza de que o capitalismo seria superado por uma sociedade mais justa e fraterna, socialista. Nessa sociedade, supunha, não haveria fundamento para inferioridade da mulher, pois mudando a estrutura, a superestrutura seria progressivamente abalada e a igualdade de classes se faria seguir da igualdade entre os sexos. Eu ainda levaria muito tempo para descobrir profundidades e inspirações enriquecedoras em Durkheim e, bem mais tarde, em Weber. Fui parte de um contexto no qual o “funcionalismo” era erroneamente associado ao conservadorismo. Mas conheci autoras importantes, dentre as quais me lembro de Rosiska Darcy de Oliveira, a teóloga Ivone Gebara e outras, cujas pesquisas me inspiraram na busca de conhecer a inserção das mulheres no trabalho.

Pois bem, imbuída de uma visão crítica da sociedade de classes, tive a oportunidade de ler algumas autoras que aproximavam o marxismo da análise de gênero, na época centrada na mulher na sociedade, no trabalho, como membro de classe, vivenciando uma exploração comum e peculiar. Lia autores e autoras que chamavam a atenção para lacunas na perspectiva marxista ao deixar de lado as condições objetivas e subjetivas da mulher na sociedade de classes. Então, uma autora que foi fundamental para meu interesse acadêmico na temática da mulher e do trabalho foi Heleieth Saffioti. O primeiro livro dela que eu li foi *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Um primor! Um rigor teórico e metodológico exemplar, o que me inspirou a fazer o TCC sobre o tema das empregadas domésticas em Belém. Este estudo ficou bem legal, penso, e eu cheguei a publicar uma síntese na Revista do CFCH, além de ter dado uma entrevista no jornal *O Liberal* sobre as relações de trabalho de 14 empregadas que eu havia entrevistado em profundidade para meu TCC. Em 1980, ainda eram poucas as pesquisas sociológicas em Belém. Ela foi, assim, uma iniciadora de meus estudos sobre mulher, feminismo e gênero.

Hoje lamento um pouco ter deixado essa linha de estudo sobre mulher e trabalho. Continuo amando esse tema, mas como fui para outras linhas, evidentemente não acompanhei o estado da arte e, como sabemos, a produção acadêmica no Brasil cresceu exponencialmente desde então, os núcleos de estudos feministas tornaram-se presentes e atuantes em diversas universidades brasileiras, dos quais o GEPEM tem um lugar de honra, ligado à REDOR e a outras redes acadêmicas e da sociedade civil.

RE6 - E sua inserção nas pesquisas e estudos sobre a situação das mulheres e as relações de gênero? A objetividade é a ação política acadêmica? Ou reflete também sua maneira de ver uma área social necessitada de parcerias?

MCM - Retomei em parte os estudos sobre mulher e trabalho, ainda não me referindo propriamente a gênero, bem mais tarde, no bojo de uma linha de pesquisa que se voltava ao trabalho, meio ambiente e sociedade. No meu caso, passei a me interessar em compreender as manifestações do desenvolvimento do capitalismo na região tomando como alvo de estudo as populações pesqueiras no Pará, não por acaso o primeiro ou segundo Estado maior produtor de pescado do país e da Amazônia, a terra das

águas. Depois de alguns anos é que me voltei a compreender o lugar das mulheres na economia das comunidades de pescadores de pequena escala nesta região e, então, retomei o foco no gênero. Fui dando mais ênfase ao trabalho das mulheres e ao entendimento tanto de sua expertise no meio pesqueiro quanto de suas estratégias de vida e de combinação entre casa e trabalho e, finalmente, a sua ação política nessas mesmas comunidades. Foi nessa segunda etapa de minha carreira de estudos sobre mulher e trabalho, já no mundo da pesca, que me associei ao GEPEM e, junto com a Profa. Luzia Álvares, companheira acadêmica e grande incentivadora, produzimos uma série de estudos no litoral paraense, contribuimos para formar alunos na iniciação científica, em uma parceria que durou quase dez anos. E não acabou. Não foram dez anos seguidos, mas marcados por períodos de maior intensidade, com pesquisas, colaborando na organização das mulheres nas comunidades pesqueiras, promovendo seminários, divulgando informações sobre direitos sociais e, notadamente, direitos previdenciários para as mulheres etc. Com parcerias frutíferas, como a do Conselho Pastoral da Pesca e, em especial, do ICSF (Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca – www.icsf.net), demos nossa parcela de contribuição para com a mudança política e cultural que conduziu a mudanças identitárias entre as “trabalhadoras da pesca”. De “pescadeiras”, “marisqueiras” como eram referidas e se referiam no passado, muitas delas passaram a se autodenominar pescadoras, defendendo uma visão ampliada de pesca, que inclui atividades pré e pós captura, remuneradas ou no seio dos grupos familiares.

A área em questão, que inclui comunidades pesqueiras organizadas, associações de mulheres na pesca, clubes de mães, mulheres associadas em colônias de pescadores, requer sim parcerias com instituições de pesquisa, com ONGs, ações de empoderamento local, a exemplo da comunicação e do repasse de conhecimentos. Hoje as mulheres no litoral paraense estão envolvidas na construção social das Reservas Extrativistas; são atores na gestão compartilhada de recursos pesqueiros e ainda há muito reconhecimento e respeito a ser alcançado por elas.

Luzia Álvares e a colega Deem Siqueira, da UNB, junto comigo, publicamos um artigo na Revista de Estudos Feministas, vol. 20 n. 3, sintetizando a trajetória das mulheres na pesca em termos de trabalho e de organização

política, utilizando dados sobre o Brasil e alguns países nos quais há redes de organizações de mulheres na pesca.

RE6 - Quais as principais linhas do estudo sobre mulheres e gênero que você tem desenvolvido até hoje? Qual a ênfase que você tem inserido nesses estudos? Por quê?

MCM - Linhas de mulher e trabalho, mulher e meio ambiente e, finalmente, mulher e desenvolvimento sustentável. Estou agora estudando a participação de famílias de agricultores na cadeia produtiva do óleo de palma (dendê) no nordeste paraense e me deparo com mulheres combativas nesses municípios, que participaram da luta pela reforma agrária, que conquistaram a terra e agora, com uma fala vigorosa e com testemunhos fortes, lutam junto com os companheiros para assegurar condições de permanecer na terra com acesso ao trabalho e a condições dignas.

A ênfase de meus estudos se desloca um pouco do trabalho das mulheres em seu valor econômico e político, para o entendimento da “ordem social de gênero” e como se manifesta na divisão sexual do trabalho. Esta expressão é da filósofa americana Nancy Fraser, que inspira muitos estudos multiculturais, estudos de gênero e estudos em sociologia de trabalho inspirados do feminismo e da perspectiva de gênero, a exemplo de Helena Hirata e outras e outros. Também tenho apreciado estudos que valorizam a esfera dos cuidados, do “care”. Esses conceitos, considero de grande valor heurístico, pois eles avançam na dissolução das fronteiras renitentes que marcam nosso horizonte sociocultural e nossas práticas entre mundo do trabalho e mundo da vida. Pensar na ordem social de gênero revira nossa leitura do real que ainda separa economia de sociedade e se manifesta em tudo, na prioridade que damos na nossa organização da vida cotidiana, nos nossos projetos, na nossa autoidentidade, ao trabalho, ao econômico em última análise. Tudo o que não é trabalho, e aí entra a enorme esfera dos cuidados, que vai da casa aos doentes, aos necessitados, ao planeta, à saúde, ao meio ambiente, ao futuro... entra na esfera dos cuidados. E na nossa ordem obsoleta de gênero, se pensa e se age como se fôssemos sobretudo, trabalhadores, produtores, mantendo-se artificialmente a ideologia da família “salário-família”, do provedor isento das amarras do cuidado. E, no fundo, todos sofremos, mulheres e homens,

jovens e velhos, da manutenção a todo custo de uma ordem social que não mais corresponde nem aos padrões de família, nem aos desejos e sonhos de tantos e nem às características do sistema econômico, que dispensa trabalhadores, que flexibiliza e enxuga o trabalho sem dividir os custos e benefícios da mudança. Ao contrário, desemprega e sobrecarrega em um polo, enquanto oferece empregos bem remunerados e dinâmicos em outro polo, em bem menor número. E, então, recrudesce o próprio emprego doméstico, flexibilizado, nos países avançados mesmo, enquanto as mulheres, os que são pais, têm de fazer o malabarismo da “conciliação”, ou da “delegação” (termos da Helena Hirata), do repasse dos cuidados a outrem. Neste caso, a quem? A mulheres em sua maioria, em prejuízo de todos nós, humanos, que nos obrigamos a fazer escolhas equivocadas entre trabalho, carreira e vida pessoal, com seus ciclos especiais. Essa perspectiva, que o feminismo levantou inicialmente, que os estudos de gênero ampliaram a compreensão, tem um potencial crítico profundo em relação ao nosso mundo.

RE6 - Principais correntes que você tem estudado na área das ciências sociais que tenham sido aplicadas conjuntamente aos seus trabalhos na perspectiva de gênero & mulheres?

MCM - Acho que respondi um pouco acima. Ressalto, também, leituras antropológicas sobre gênero que combinam bem o tema da dominação de gênero e da diversidade étnica e cultural. A dominação de gênero pode ser transversal e essa perspectiva não rompe com a compreensão do diverso. Lamento não ter incorporado melhor a meus estudos a ótica dos movimentos sociais e aprofundado as diferentes correntes teóricas dentro dos estudos de gênero.

RE6 - Você considera importante esse conceito nos estudos atuais sobre diversidade social e a conexão com as demais áreas das ciências de um modo geral? Pode explicar?

MCM - Muito. Chamam a interdisciplinaridade nas ciências humanas e, também, para a integração ou multidisciplinaridade entre as ciências humanas e as ambientais. Os estudos sobre sistemas socioecológicos

sobre a complexidade nas relações ambiente e sociedade se enriquecem com a ótica de gênero, das relações sociais entre os sexos, pois estas são parte das relações que as comunidades locais mantêm com os ambientes e os recursos. Não se trata apenas dos saberes ecológicos que as mulheres desenvolvem, mas também da simbologia, das representações sociais sobre o meio, além do modo como as famílias e as mulheres em particular desenvolvem estratégias produtivas em resposta tanto às exigências econômicas quanto às que derivam do estado do meio ambiente. Nas políticas de conservação ambiental em áreas costeiras, por exemplo, a difícil construção da identidade de trabalhadoras da pesca, ou de pescadoras, pode reduzir a qualidade da representação nas esferas de participação ou de deliberação relativas a políticas de desenvolvimento econômico e ambiental.

RE6 - Quais os principais autores que você utiliza nesses estudos?

MCM - Nancy Fraser, Helena Hirata, Alain Touraine, Pippa Norris, Lia Zanotta Machado, Eleieth Saffioti, Cristina Bruschini, dentre outros.

RE6 - Considerando sua contribuição na pesquisa brasileira sobre gênero, desigualdade social, cidadania e desenvolvimento do meio ambiente e sustentabilidade na Amazônia, quais os trabalhos que você considera importantes para as discussões sobre a diversidade social?

MCM - Bem, na Amazônia, dentro das limitações de meus conhecimentos, destaco, sem dúvida, as coletâneas organizadas pelo GEPEM, das quais alguns capítulos se tornaram como que clássicos em suas temáticas. No âmbito do GEPEM, suas fundadoras Luzia Álvares e Maria Angélica Motta-Maués são referências básicas nas suas respectivas temáticas. No NAEA, ressalto os trabalhos de Ligia Simonian. Meus conhecimentos, relembro, são limitados, de modo que me restrinjo às que conheço melhor.

RE6 - No seu ponto de vista, há avanços da mudança de olhar as mulheres brasileiros/as? Na academia? Na sociedade? Na política pública?

MCM - Sim, muitos avanços. Para me ater ao que conheço mais de perto, o fato hoje de as mulheres que vivem em comunidades de base pesqueira serem reconhecidas como pescadoras, terem acesso aos benefícios previdenciários devido à vigência de uma concepção ampliada de pesca, é um reflexo de avanço social e jurídico no Brasil. Na agricultura, há linhas de crédito específicas para as trabalhadoras rurais.

RE6 - Nesses avanços, quais, a seu ver, a contribuição que têm dado os grupos de estudos de gênero das universidades? Acha que esses grupos devem se tornar presentes nos movimentos sociais e de mulheres quando convidados?

MCM - Fundamentais, desde a formação de recursos humanos para a pesquisa, o ensino e a extensão com essa aquisição fundamental da dimensão de gênero em sua visão de sociedade, para desempenharem melhor seu labor profissional, até o fato de esses núcleos manterem acesa a curiosidade científica pela abordagem de gênero. Esses grupos participam de redes de movimentos sociais e são chamados a dar consultorias a governos e empresas, contribuindo para promover mudanças, de diferentes escalas. Dito isso, há ainda necessidade de mais visibilidade, maior atração de membros, uma vez que há resistências fortes no meio acadêmico, por incrível que pareça, resistências baseadas na antiga confusão entre o feminismo dos primeiros tempos e o rigor científico. Desconhece-se que o feminismo na ciência foi responsável por fazer avançar a metodologia de pesquisa em ciências humanas, pois propiciou a crítica da suposta neutralidade de gênero dos instrumentos de coleta de dados, das enquetes até as entrevistas em profundidade e observações que são empreendidas sem atenção a essa dimensão da vida e do *status quo*. Os próprios censos, em diferentes países, estão hoje muito melhor preparados para captar a complexidade e a riqueza social nos seus formulários, que incorporam perguntas sobre uso do tempo, sobre trabalho e não trabalho. O próprio grande filósofo Habermas, que cunhou o importante conceito de esfera pública, esfera da comunicação política e da crítica social, compreendeu, a partir da leitura feminista de seu trabalho, que o conceito era pouco

cioso da dominação que “contamina” a participação na esfera pública e que esta esfera consagrava um modelo de conduta, de voz e de atuação que combinava com o padrão masculino, branco, classe média etc. Daí as feministas falarem de esferas públicas distintas, das categorias sociais fora desse padrão clássico que norteou a formação da esfera pública formal, dos espaços da política institucional.

Maria Cristina Alves Maneschy é Doutora em Sociologia (Université Toulouse Le Mirail, França). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Pará (UFPA), vinculada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Biologia Ambiental. Pesquisadora Associada do Instituto Tecnológico Vale Desenvolvimento Sustentável. É membro do ICSF - International Collective in Support of Fishworkers, rede de pesquisadores, técnicos, professores e ativistas comunitários envolvidos com questões de interesse dos trabalhadores da pesca, inscrita na lista de ONGs internacionais da Organização Internacional do Trabalho e reconhecida pela FAO. Participa, também, do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (GPEM/UFPA). **E-mail:** cristina@ufpa.br; maria.maneschy@vale.com

Entrevistadora: Maria Luzia Miranda Álvares, coordenadora do GPEM/UFPA.